

IMPORTÂNCIA DO MERCADO DE CRÉDITO PARA DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Ana Flávia Faria Arantes¹, Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira²

¹ Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FCSA – Universidade do Vale do Paraíba – Av. Shishima Hifumi, 2911 Urbanova – 12244-000 – São José dos Campos – SP – Brasil - anaigarat@uol.com.br

² Professor Assistente Doutor - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 – Taubaté – SP – Brasil - edsonaaq@gmail.com

Resumo – Este trabalho tem por objetivo estabelecer um paralelo entre o papel do crédito para a sociedade e sua importância para as micro e pequenas empresas. O trabalho inicia-se relatando a função econômica e social do crédito. Em um segundo momento é feita uma breve descrição das características do microcrédito. Partindo deste ponto, relata-se os pontos principais a influenciar a decisão de financiamento e a melhor opção a ser escolhida. Em seguida é relatada a diferenciação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de juros, fator que deve ser levado em consideração em caso de financiamento. Por fim é feita uma breve descrição das características das micro e pequenas empresas no Brasil e são demonstrados alguns dados referentes à sua importância para a economia brasileira, bem como as principais dificuldades encontradas pelas mesmas para a obtenção de financiamento.

Palavras-chave: micro e pequenas empresas, microcrédito, taxa de juros.

Área do Conhecimento: VI – Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

O desafio do poder público e da sociedade brasileira hoje é estabelecer meios que promovam o desenvolvimento econômico e social e que de fato propiciem a geração de emprego e renda para as populações mais pobres, preferencialmente baseados no fortalecimento dos pequenos empreendimentos, particularmente através do crédito produtivo.

No mercado brasileiro há cerca de 13 milhões de pequenos empreendimentos (98,5% do total) e são responsáveis por mais de 60% dos empregos e ocupações gerados e 8% do PIB. Porém, grande parte deste contingente, cerca de 95% não tem acesso ao sistema oficial de crédito, sobretudo financiamento à produção.

Tal exclusão é basicamente atribuída às dificuldades dos pequenos negócios em atender as exigências de garantia dos financiamentos e também pelas condições privilegiadas das instituições financeiras frente ao mercado de financiamentos e de investimentos, sobretudo em papéis da dívida do setor público.

Metodologia da Pesquisa

Em relação à natureza da pesquisa, o presente trabalho pode ser classificado como uma pesquisa bibliográfica e exploratória.

A pesquisa bibliográfica e exploratória objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Foi realizada por meio de livros e artigos de jornais e revistas. Os sites de órgãos governamentais foram

utilizados para o levantamento de dados estatísticos apresentados.

Conceito e Características do Microcrédito

O microcrédito, pelo uso de metodologias adequadas à realidade dos pequenos, bem como agente de incentivo à responsabilidade, à auto-estima e à auto-suficiência econômica das pessoas, tem sido reconhecido e enfatizado por organismos internacionais como instrumento de promoção de mudanças sociais.

Os financiamentos concedidos pelas instituições de microcrédito são voltados para atividades produtivas dos pequenos empreendedores e devem ser compatíveis com as necessidades do negócio e sua capacidade de pagamento, com taxas de juros praticadas no mercado, garantias mais simples e de acordo com as condições dos pequenos empreendimentos.

Os prazos de pagamento geralmente são curtos e ligados à finalidade do financiamento e ao fluxo de caixa da atividade empresarial.

Atualmente existem três tipos de linhas de crédito disponíveis para micro e pequenas empresas: para investimento ou investimento fixo, onde o capital é destinado à aquisição de máquinas, equipamentos e obras civis indispensáveis à implantação, modernização, funcionamento ou ampliação da empresa.

O capital de giro, destinado à compra de mercadorias, reposição de estoques, despesas administrativas, entre outras. E capital associado ao investimento, destinado a cobrir despesas que

a empresa terá com investimentos realizados. A decisão entre a escolha de vários tipos de financiamento deve sempre privilegiar a maximização do valor da empresa.

É necessário um indicador apropriado para a escolha da fonte de financiamento que maximize o valor da empresa e reflita todos os fatores pertinentes a esta finalidade. Em termos gerais, são dois grupos de investidores que usufruirão da geração de caixa da empresa: credores e acionistas.

O valor da empresa pode ser dividido entre estes dois grupos numa espécie de rateio do valor total, de acordo com os respectivos retornos requeridos sobre o investimento por eles realizados.

Os acionistas exigem prêmio pelo risco de estarem investindo em empresas com prioridade de ressarcimento aos credores, verificando-se uma dependência da taxa de retorno exigida pelos acionistas em relação à estrutura de capital da empresa, ao passo que a taxa de retorno exigida pelos credores tem relação mais estreita com as condições do mercado monetário.

O valor da empresa, devido ao endividamento e aos benefícios fiscais é crescente em relação ao nível de endividamento; todavia, os custos gerados pelo aumento do risco de dificuldades financeiras são também crescentes e acentuados conforme a dependência de capital de terceiros aumenta.

A escolha do ponto ótimo de dívidas deve levar em consideração o uso de recursos com um custo fixo a fim de aumentar os retornos dos proprietários da empresa.

Já que os grupos que usufruirão da geração de caixa futura da empresa serão os credores e os acionistas, a escolha de fontes de financiamentos mais baratos reduziria o retorno exigido pelos credores da empresa e aumentaria o retorno aos acionistas ou o valor da empresa que cabe aos proprietários.

O uso de fontes baratas de financiamento se faz refletir diretamente no custo médio ponderado de capital. Menor custo de capital de terceiros propiciaria menor custo médio ponderado de capital, aumentando o valor da empresa que pertence somente aos proprietários.

O custo médio ponderado de capital é variável ao longo do tempo, conforme as modificações de financiamento da empresa; cada modificação da estrutura de capital é avaliada em função da relação custo-benefício de se tornar o financiamento.

O critério utilizado para a avaliação da viabilidade de captação é a comparação do custo marginal ponderado de capital com a taxa de retorno do investimento. Os projetos serão aceitos enquanto a taxa interna de retorno for maior que o custo médio marginal ponderado de capital.

A taxa efetiva de juros é um indicador do custo de financiamento que permite a comparação entre este e as outras fontes de financiamento. É baseado nos fluxos de caixa e é devidamente ajustado nos casos de diferentes prazos de maturação das fontes de financiamentos e de modo a considerar os efeitos inflacionários.

A taxa nominal de juros é independente do período de capitalização do empréstimo. Por não ter o poder de comparabilidade com alternativas de financiamento, constitui-se mera ferramenta para se calcular a taxa efetiva de juros:

$$\text{Taxa efetiva anual de juros} = (1 + r/m)^m - 1$$

onde a taxa efetiva anual de juros é calculada a partir da taxa anual nominal de juros r e do número de capitalizações durante o ano m .

A taxa efetiva de juros informada aos futuros tomadores não inclui as exigências dos credores em relação às garantias, tarifas de serviços, prêmios de seguros e os custos de oportunidade associados às perdas ocasionadas pelo fornecimento de garantias.

O impacto destas exigências podem ser divididos em duas categorias: influências objetivas, onde os efeitos sobre o custo incorrido podem ser mensurados com exatidão e influências subjetivas, onde a mensuração é baseada em algum julgamento do tomador, portanto sujeita a incertezas.

As exigências sobre o tomador do empréstimo são causa da diferença entre a taxa de juros informada pelo futuro credor e o custo ao qual o tomador efetivamente incorrerá. O tomador tenderá a tomar decisões comparando as taxas de juros informadas pelo agente financiador à taxa de retorno ao investimento, não considerando as influências subjetivas e objetivas ocultas na formação da taxa de juros efetiva.

Outro fator importante a ser considerado para a taxa efetiva de juros é sua relação com os tributos, como, por exemplo, o IOF e CPMF, que devem ser considerados para efeito de comparação entre as fontes de financiamento que tenham incidência tributária diferentes e para o cálculo do valor a ser efetivamente desembolsado pelo tomador.

Crédito para Micro e Pequenas Empresas

Segundo estimativas do SEBRAE, há cerca de três milhões e meio de Micro e Pequenas Empresas no Brasil. Entretanto, apenas 30% das empresas sobrevivem por mais de cinco anos. Com relação ao número de empregos, de acordo com os dados da RAIS, em 1997 aproximadamente 66% do emprego do país estava localizado em estabelecimentos com até 500 empregados, e 44% do emprego localizado

em estabelecimentos até 100 empregados.

Portanto, a importância das Micro e Pequenas Empresas para a geração de emprego é evidente. Entretanto as perspectivas destas empresas no que se refere à geração de renda diferem de acordo com condições setoriais e inserção no mercado.

Existem muitas limitações ao desempenho das mesmas tais como máquinas obsoletas, administração inadequada e dificuldade de comercialização dos produtos. Neste sentido, a dificuldade em obter crédito também entra como um entrave a mais no desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

Tanto países desenvolvidos como países em desenvolvimento possuem linhas de financiamento específicas para estas empresas, porém são muitas as exigências para obtenção de crédito, inibindo os empresários a utilizarem recursos.

Assim, as micro e pequenas empresas possuem condições de crédito menos favoráveis que as grandes empresas e, portanto são mais sensíveis aos ciclos econômicos.

Outro ponto a considerar é a grande taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas. Nos primeiros anos de existência essas empresas encontram grande incerteza quanto à demanda de seus produtos. Há uma concentração grande de mortalidade até um ano de operação.

O mercado de crédito brasileiro pode ser dividido em três seguimentos: mercado de varejo, *middle market* e crédito para grandes corporações.

As micro e pequenas empresas se enquadram no seguimento de varejo, cujas características são: número de solicitações de empréstimos alto, tamanho do empréstimo pequeno, processo de tomada de decisão de crédito é descentralizado, baseado em informações terceirizadas. Mais de 60% dos valores de empréstimos demandados por micro e pequenas empresas com prazo de pagamento em até 24 meses.

Outro ponto interessante a ser destacado neste seguimento é a finalidade dos empréstimos desejados para as micro e pequenas empresas. Na maioria dos casos, a utilização do crédito é para financiar o capital de giro. Isto porque se comparado os prazos de venda e gastos destas empresas, nota-se um período curto entre os mesmos e por este motivo, o financiamento de capital de giro seja o mais expressivo. Esta relação pode ser melhor observada de acordo com os dados da **Tabela 1**.

Tabela 1 - Distribuição das MPE's segundo o prazo médio de vendas e gastos a prazo

Qtde Dias	Vendas a Prazo	Gastos a Prazo
30 dias	54%	56%

60 dias	19%	18%
45 dias	7%	6%
90 dias	6%	6%
51 dias	6%	6%
Outros	8%	8%
Total	100%	100%

Fonte: SEBRAE-SP/Fipe (1999)

Assimetria no Mercado de Crédito

No Brasil não existem muitos instrumentos que analisam o bom funcionamento do mercado de crédito quanto a informações positivas de pagamento de financiamentos. Geralmente as informações disponíveis são de caráter negativo, impossibilitando os credores de utilizar essas informações para conseguir bons tomadores de empréstimos. Na ênfase sempre foi sobre a execução da dívida.

Também as péssimas práticas contábeis e a alta sonegação de impostos fazem com que o relacionamento bancário seja uma das principais fontes de informações sobre os tomadores.

Em função do problema de assimetria de informações, os bancos não conseguem identificar os bons e os maus pagadores e por isso, necessita de indicadores que de algum modo discrimine ambos. Isto é feito pela análise de uma curva de demanda por empréstimo a diferentes taxas de juros.

Assim, à medida que aumenta a taxa de juros, aumenta o risco médio dos projetos, tendendo a reduzir o retorno esperado do banco que conceder o empréstimo. Por essa razão, o retorno esperado do banco pode ser maximizado a uma taxa de juros menor do que aquela que equilibraria a demanda e a oferta neste mercado.

Além da taxa de juros, pode-se citar outros fatores de relevância, outras várias como o volume de crédito demandado e a comprovação de determinadas garantias também afetam o comportamento e a distribuição dos tomadores.

Conclusão

Conclui-se, diante do exposto acima que as micro e pequenas empresas possuem um grande potencial a ser explorado em termos de geração de emprego e renda, porém ainda não contam com uma estrutura formal de apoio creditício, auxiliando-as na manutenção e expansão de seus negócios e permitindo que haja uma redução significativa na taxa de mortalidade, principalmente nos primeiros anos de existência.

Sem instrumentos de análise de risco adequados para avaliar o potencial de pagamento das micro e pequenas empresas, os bancos optam por emprestar pouco e a custos elevados para o

seguimento.

Fossem as taxas de juros, as exigências impostas pelos bancos e a burocracia reduzidas de forma significativa, haveria um aumento expressivo no número total de empresas tomadoras de empréstimos junto aos bancos. Assim, aumentaria tanto o volume de crédito concedido quanto a qualidade dos tomadores.

Referências Bibliográficas

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - www.bndes.gov.br

SANTI FILHO, ARMANDO. **Avaliação de Riscos de Crédito**. São Paulo: Atlas, 1997.

SCHRICKEL, WOLFGANG. **Análise de Crédito – Concessão e Gerência de Empréstimos**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SEADE – www.seade.gov.br

SEBRAE - www.sebrae.com.br

SILVA, JOSÉ PEREIRA da. **Gestão e Análise de Risco de Crédito**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.